



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar - fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL**

**VARA DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A ORDEM TRIBUTÁRIA DA CAPITAL**

**APELAÇÃO CRIMINAL 184572-3**

**APELANTES: VIVIANE DA SILVA FORTUNA**

**ANA LÚCIA OLIVEIRA DA SILVA**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL E PENAL - APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - ARTIGO 1º, II, DA LEI Nº 8.137/90 C/C ARTIGO 71, DO CÓDIGO PENAL - OMISSÃO DE OPERAÇÃO DE SAÍDA DE MERCADORIAS NOS LIVROS FISCAIS OBRIGATÓRIOS, IMPORTANDO TAL CONDUTA EM REDUÇÃO DE ICMS - RAZÕES RECURSAIS APRESENTANDO 05 (CINCO) PONTOS QUE DIVERGEM DA CONDENAÇÃO - ATIPICIDADE DA CONDUTA POR NÃO RESTAR DEMONSTRADO O ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO (CONDUTA DOLOSA) - DESCONSIDERAÇÃO DE PROVA APRESENTADA DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL (CONTRATO DE MÚTUO) - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL EM FACE DA INEXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 71, DO CÓDIGO PENAL (CONTINUIDADE DELITIVA), POR ENTENDER QUE A CONDUTA DESCRITA NA DENÚNCIA TRATA-SE DE CRIME PERMANENTE - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ESTADO - TOTAL IMPROCEDÊNCIA - ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO DEVIDAMENTE DEMONSTRADO (DOLO) - NÃO CABE ÀS PARTES IMPOR AO JUÍZO SENTENCIANTE A VALORAÇÃO POSITIVA DE QUALQUER ELEMENTO DE PROVA, NUMA TENTATIVA DE FAZER VALER A PRETENSÃO LEVADA AO LITÍGIO - PRINCÍPIO DA PERSUAÇÃO RACIONAL DO JUIZ - A EXISTÊNCIA DE AÇÃO CÍVEL ANULATÓRIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NÃO IMPEDE A PERSECUÇÃO PENAL DOS AGENTES EM JUÍZO, EM RESPEITO À INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS CÍVEL E CRIMINAL (PRECEDENTES DO STJ) - CADA CONDUTA ILÍCITA SE CONSUMOU NA DATA EM QUE DEVERIA TER SIDO RECOLHIDO REGULARMENTE O ICMS - CRIMES INDEPENDENTES QUE ENSEJAM A CONTINUIDADE DELITIVA (ARTIGO 71, DO CÓDIGO PENAL) - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ESTADO PELO FATO DO MESMO PODER RECEBER O CRÉDITO MEDIANTE AÇÃO FISCAL NÃO APRESENTA QUALQUER LÓGICA, HAJA VISTA A FUNÇÃO PUNITIVA ESTATAL SURGIR PELA SIMPLES PRÁTICA DE UMA CONDUTA QUE ACARRETE A SUPRESSÃO OU A REDUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE UMA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA - SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA *IN TOTUM* - RECURSO NÃO PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação crime nº 184.572-3, em que figuram como apelantes VIVIANE DA SILVA FORTUNA e ANA LÚCIA OLIVEIRA DA SILVA e como apelado o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao presente recurso apelatório, tudo conforme constante em relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 24 de 05 de 2014.

**Des. Leopoldo de Arruda Raposo**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



**Apelação Criminal 0184572-3**

**Órgão Julgador - Primeira Câmara Criminal**

**Juízo de Direito da Vara dos Crimes contra a Administração Pública e a Ordem Tributária da Capital**

**Apelantes:** Viviane da Silva Fortuna

Ana Lúcia Oliveira da Silva

**Advogado:** Bel. Alessandro Luis Couto Rodrigues, OAB/PE 20.607

**Apelado:** Ministério Público do Estado de Pernambuco

**Relator:** Des. Romero de Oliveira Andrade

**Revisor:** Des. Fausto de Castro Campos

**Procuradora de Justiça Convocada:** Dra. Patrícia de Fátima O. Torres

### **RELATÓRIO**

Trata-se de recurso apelatório interposto por VIVIANE DA SILVA FORTUNA e ANA LÚCIA OLIVEIRA DA SILVA em face da sentença de mérito prolatada pelo Juízo de Direito da Vara dos Crimes Contra a Administração Pública e a Ordem Tributária da Capital que, julgando procedente a acusação formulada na denúncia, as condenou pela prática do crime capitulado no artigo 1º, inciso II, da Lei 8137/90 c/c artigo 71, do Código Penal.

Emerge da peça acusatória que no dia 02 de setembro de 2004, Auditores Tributários da Fazenda Estadual lavraram o auto de infração nº 005100515749, contra a EMPRESA OLIVEIRA E FURTUNA LTDA ao constatarem que a mesma fraudou o Fisco Estadual, ao omitir operação de saída de mercadorias nos livros fiscais obrigatórios, importando tal conduta em redução de ICMS.

Acresceu a denúncia que a fraude foi vislumbrada mediante a verificação da conta caixa, mais precisamente em relação aos saldos credores de caixa por meio do sistema analítico de controle de fluxo de caixa, com base nos livros e documentos fiscais e declaração do Imposto de Renda.

Após cumprimento dos trâmites de estilo foi prolatada sentença condenatória com publicação em 14 de novembro de 2008 (fls. 464/471), sendo retificada via embargos declaratórios (fls. 477/478), com fixação de pena definitiva em 02 (dois) anos, 06 (seis) meses e 10 (dez) dias de reclusão em regime aberto que fora substituída por 02 (duas) penas restritivas de direitos, nos termos do artigo 44, do Código Penal.

RMCCO (Apel. Crim. 0184572-3)

Fórum Thomaz de Aquino Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP:50520-050  
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax:3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784  
E-mail: roan@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



Razões recursais apresentadas pelo Bel. Alessandro Luis Couto Rodrigues, OAB/PE 20.607 (fls. 513/523), levantando os seguintes pontos:

- *Atipicidade da conduta por não restar demonstrado o elemento subjetivo do dolo;*
- *Desconsideração do juízo sentenciante de prova apresentada durante a instrução criminal (contrato de mútuo);*
- *Ausência de justa causa para a ação penal em face da inexigibilidade do crédito tributário (Ação Anulatória de Crédito Tributário em trâmite);*
- *Inaplicabilidade do artigo 71, do Código Penal (continuidade delitiva), por entender que a conduta descrita na denúncia tratava-se de crime permanente;*
- *Ausência de prejuízo ao Estado.*

Pugnaram, ao final, pela **absolvição**, nos termos do artigo 386, do Código de Processo Penal.

Contra-razões apresentadas pela Promotora de Justiça, Dra. Helena Martins Gomes (fls. 532/535), entendendo pelo **não provimento** do recurso apelatório.

A eminente Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Patrícia de Fátima O. Torres, ofereceu parecer às fls. 538/542, opinando pelo **não provimento do recurso**.

Acostada às fls. 545, petição da apelante VIVIANE DA SILVA FORTUNA, pugnando pela anulação do despacho proferido em 06/05/2009 (fls. 504), para dar seguimento ao feito, com o processamento das contra-razões do presente recurso.

É o relatório.  
À Douta revisão.

Recife, 14 de setembro de 2009

  
Des. Romero de Oliveira Andrade  
Relator



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL**  
**VARA DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A ORDEM**  
**TRIBUTÁRIA DA CAPITAL**  
**APELAÇÃO CRIMINAL 184572-3**  
**APELANTES: VIVIANE DA SILVA FORTUNA**  
**ANA LÚCIA OLIVEIRA DA SILVA**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**VOTO**

Inicialmente, percebo que o pedido formulado pela recorrente VIVIANE DA SILVA FORTUNA (fl. 545) encontra-se prejudicado em face da devida juntada das **razões recursais** às fls. 513/523 e das **contrarrazões** às fls. 532/535, não havendo que falar-se em *anulação do despacho de 06/05/2009 (fls. 504)*, nem tampouco de chamar o feito à ordem.

Pois bem.

As apelantes pugnam pela absolvição com base em 05 (cinco) itens levantados em suas razões (fls. 513/523), sendo o primeiro calcado na ***atipicidade da conduta por não restar demonstrado o elemento subjetivo do dolo*** nos fatos descritos na peça acusatória.

Não há como acolher o primeiro argumento, uma vez que a prova coligida durante toda a instrução criminal demonstra a presença de dolo em suas condutas.

De fato, restou demonstrado durante a instrução que as apelantes, no exercício da administração da EMPRESA OLIVEIRA E FORTUNA LTDA, efetuaram compras de diversas mercadorias, sem condições de arcar com as despesas, vindo a omitir, posteriormente, os valores de receitas quando da saída desses produtos, como bem verificado pelos Auditores Tributários da Fazenda Estadual ao lavrarem o auto de infração nº 005.01675/04-3 (fls. 216/406).

Malgrado a ausência de confissão espontânea acerca da vontade consciente de lesar o fisco (fls. 188/189 e 427/428), percebe-se o dolo na conduta das apelantes ao verificar que durante o exercício do ano de 2000 houve uma clara e evidente supressão de informações nos livros competentes



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

(Registro de Saída, Registro de Entrada, Registro de Apuração de ICMS, Demonstrativo de Pagamento das Notas Fiscais de Entrada e Duplicatas apresentadas pelo contribuinte, Declaração de IR, Extrato de Recolhimento de ICMS, Declarações do Contribuinte e Capital Social Integralizado de acordo com o contrato social), mais precisamente em relação à saída de mercadorias que resultou, à época, em prejuízo ao erário público no montante de R\$ 81.530,23 (oitenta e um mil, quinhentos e trinta reais e vinte e três centavos), como bem apresentado no termo emitido pela autoridade fiscal (fls. 158 e 369).

Como é de praxe, em processos que tratam de crime contra a ordem tributária, foi argumentado pelas apelantes o desconhecimento acerca da prestação de informações ao fisco, numa tentativa de eximirem-se da responsabilidade subjetiva.

No entanto, na qualidade de sócias, as apelantes tinham a obrigação de fiscalizar a administração e gerência da empresa, zelando por sua regularidade, sob o risco de responderem por eventuais atos ilícitos cometidos. É inadmissível a alegação de desconhecimento de irregularidades ocorridas dentro do próprio estabelecimento, tendo em vista o dever de cuidado e vigilância exigidos no caso em exame.

Destarte, não há como acolher a alegação de atipicidade da conduta quando se percebe de forma clara o elemento subjetivo do tipo (dolo) no extenso corpo probatório.

Quanto ao desprezo do contrato de mútuo apresentado durante a instrução criminal, referido argumento também não merece prosperar.

Como destacado nas contrarrazões (fls. 532/535), não cabe às partes impor ao juízo sentenciante a valoração positiva de qualquer elemento de prova, numa tentativa de fazer valer a pretensão levada em litígio.

Tal comportamento afrontaria o consagrado princípio da persuasão racional do magistrado, como já analisado pelo Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

**(...) CONVICÇÃO DO MAGISTRADO ACERCA DA  
 SUFICIÊNCIA DAS PROVAS APRESENTADAS E  
 PRODUZIDAS NO PROCESSO  
 ADMINISTRATIVO FISCAL. ARTIGO 131, DO  
 CPC. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DA CLÁUSULA  
 FORA SÚMULA 7/STJ. ARTIGO 123, DO CTN. 1.**  
 O cerceamento de defesa não resta configurado  
 quando desnecessária a produção da prova



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

pretendida pela parte, impondo-se o julgamento antecipado da lide em que se controverte apenas sobre matéria de direito, em obediência aos princípios da economia e da celeridade processuais (REsp 797.184/DF, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ de 09 de abril de 2008; REsp 897.499/SP, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Segunda Turma, DJ de 20 de abril de 2007; e REsp 536.585/ES, Rel. Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, Quarta Turma, DJ de 06 de outubro de 2003). **2. O artigo 131 do CPC consagra o princípio da persuasão racional, habilitando o magistrado a valer-se do seu convencimento, à luz dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto, constantes dos autos. Nada obstante, compete-lhe rejeitar diligências que delonguem desnecessariamente o julgamento, a fim de garantir a observância do princípio da celeridade processual. (...) 7. Outrossim, in casu, não se vislumbra a apontada ofensa ao artigo 535, do CPC. Isto porque o Tribunal de origem pronunciou-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não identificando omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada, quando do julgamento dos embargos de declaração. **Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos**" (STJ - REsp 896045 / RN RECURSO ESPECIAL 2006/0229086-1, Ministro LUIZ FUX (1122), T-1, Data do Julgamento: 18/09/2008, Data da Publicação/Fonte: DJe 15/10/2008)**

Ademais, entendo que o *contrato de mútuo* (fls. 205/207), apresentado pela defesa numa tentativa de justificar a *majoração do capital social*, não possui o condão de certificar a origem da pecúnia exposta em favor da empresa, lembrando que a própria recorrente VIVIANE DA SILVA FORTUNA declarou em juízo (fls. 427/428) que o referido capital teria sido emprestado por alguns *parentes*, os quais não foram, sequer, arrolados como testemunhas.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar - fone: (81) 3419-3670  
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife - PE - CEP: 50.010-230

Da mesma forma que os anteriores, o ponto referente à ***ausência de justa causa para a ação penal em face da inexigibilidade do crédito tributário***, carece de força para ser elemento fulminante da ação penal.

Não há que se falar em *questão prejudicial heterogênea*, como levantado nas razões recursais, pois a ***ação anulatória de débito fiscal nº 001.2005.014700-6***, que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública da Capital, teve seu pedido julgado improcedente, revogando-se a liminar concedida, afastando, assim, a alegação de inexigibilidade do crédito tributário.

Corroborando esse entendimento, o posicionamento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PEDIDO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE DECISÃO ANTECIPATÓRIA DA TUTELA EM AÇÃO ANULATÓRIA PROPOSTA DIANTE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO DESCRITO NA EXORDIAL ACUSATÓRIA JÁ DEFINITIVAMENTE CONSTITUÍDO. DECISÃO QUE NÃO AFETA A INTEGRIDADE DO LANÇAMENTO REALIZADO. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. PROEMIAL QUE DESCREVE DE MANEIRA SATISFATÓRIA FATO QUE, EM TESE, SE AMOLDA AO TIPO PENAL EM DESTAQUE. I - "**A existência de ação cível anulatória do crédito tributário não impede a persecução penal dos agentes em juízo, em respeito à independência das esferas cível e criminal. Precedentes.** Ainda que obtido êxito no pedido de antecipação de tutela na seara cível, a fim de impedir a inscrição dos agentes em dívida ativa, condição de procedibilidade da execução fiscal, inadmissível o trancamento da ação penal, notadamente quando a decisão a eles favorável não afetou diretamente o lançamento do tributo devido, que, até decisão definitiva em contrário, não pode ser considerado nulo ou por qualquer outro modo maculado." (RHC 21.929/ PR, 5ª Turma, Relª. Minª. Jane Silva - Desembargadora Convocada do TJ/MG -, DJU de 10/12/2007). II - **Não se pode, na hipótese, tomar o fato de existir ação anulatória de ato declarativo de dívida, ainda que com decisão de antecipação**





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

de tutela favorável à sociedade empresária relacionada com o paciente, como questão prejudicial heterogênea facultativa (art. 93 do Código de Processo Penal) da questão penal, porquanto, até aqui, o lançamento do tributo não foi atingido. III - A prejudicial heterogênea não obriga a suspensão da ação penal. Vale dizer, não obsta automaticamente a persecutio criminis (art. 93 do CPP). IV - A peça acusatória deve conter a exposição do fato delituoso em toda a sua essência e com todas as suas circunstâncias. (HC 73.271/SP, Primeira Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJU de 04/09/1996). Denúncias que não descrevem os fatos na sua devida conformação, não se coadunam com os postulados básicos do Estado de Direito. (HC 86.000/PE, Segunda Turma, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJU de 02/02/2007). A inépcia da denúncia caracteriza situação configuradora de desrespeito estatal ao postulado do devido processo legal. No caso, contudo, tenho que a exordial acusatória descreve de maneira satisfatória fato, ao menos em tese, delituoso que se adequa ao tipo penal previsto no art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90. Com efeito, narra a denúncia, objetivamente, que o paciente, juntamente com outros co-réus, teria fraudado a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos em livro fiscal. Recurso desprovido" (STJ - RHC 22534 / SP 2007/0277945-0, Ministro FELIX FISCHER (1109), T-5, Data do Julgamento: 17/04/2008, Data da Publicação/Fonte: DJe 23/06/2008).

O quarto ponto, firmado na **inaplicabilidade do artigo 71, do Código Penal (continuidade delitiva), por entender que a conduta descrita na denúncia trata-se de crime permanente**, igualmente não merece guarida.

A omissão constatada no lapso compreendido entre os meses de **maio, junho e julho de 2000**, evidencia **várias consumações** nas mesmas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes.

Como cada conduta ilícita se consumou na data em que deveria ter sido recolhido regularmente o ICMS, a cada implemento mensal da referida data, configurou-se um crime independente.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Logo, constata-se a sucessão de delitos, surgindo a série de crimes estruturados em continuidade delitiva, o que afasta a possibilidade de crime permanente para o caso em tela.

Por derradeiro, a afirmativa de **ausência de prejuízo ao Estado**, em razão poder receber o crédito pendente mediante ação fiscal, não apresenta qualquer lógica, haja vista a função punitiva estatal, para casos semelhantes, surgir pela simples prática de uma conduta que acarrete a supressão ou a redução da prestação de uma obrigação tributária.

Diante de tais considerações, acolhendo o pronunciamento da Douta Procuradoria de Justiça Criminal, **VOTO PELO NÃO PROVIMENTO** do apelo, mantendo-se *in totum* a sentença condenatória.

É como voto.

Recife, 21 de 05 de 2014

**Des. Leopoldo de Arruda Raposo**  
**Relator**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete Desembargador Fausto Campos**



**Apelação Criminal Nº:** 0008520-88.2006.8.17.0001 (0184572-3)  
**Comarca:** Recife  
**Juízo:** Vara dos Crimes Contra a Adm. Pública e Or.  
**Apelante:** Viviane da Silva Fortuna e Outro  
**Advogada:** Fabiana da S. X. Barbosa  
**Apelado:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Órgão Julgador:** 1ª Câmara Criminal  
**Relator:** Des. Leopoldo de Arruda Raposo  
**Revisor:** Des. Fausto Campos

**VOTO DE REVISÃO**

As Apelantes Viviane da Silva Fortuna e Ana Lúcia Oliveira da Silva, denunciadas e condenadas como autoras do crime tipificado no art. 1º, II, da Lei 8137/90, insurge-se contra a sentença condenatória pleiteando as seguintes considerações: ausência de comprovação do elemento subjetivo dolo e consequente atipicidade do fato; desprezo judicial ao contrato de mútuo; ausência da justa causa para a ação penal, haja vista a inexigibilidade do crédito tributário e inaplicabilidade da continuidade delitiva.

Narra à denúncia que no dia 02 de setembro de 2004, por ocasião de fiscalização procedida pelo Fisco Estadual, foi constatado que no exercício de 2000, na gerência da empresa Oliveira e Fortuna Ltda, CNPJ nº 03.750.785/001-08 e Inscrição Estadual nº 18.1.001.0270445-1, localizada a época na Av. Beberibe, nº 2046, no bairro de Água Fria, nesta cidade, as denunciadas fraudaram a Fazenda Estadual, determinando a omissão de operações de saída de mercadorias no livro fiscal obrigatório, dando margem ao Auto de Infração nº. 005.01675/04-3, importando as suas condutas em redução do ICMS, conforme demonstrativos de créditos acostados aos autos.

Consta da peça informativa que as omissões de lançamentos de saída de mercadorias foram detectadas da análise da conta caixa no exercício acima mencionado, sendo constatados saldos credores de caixa por meio do sistema analítico de controle de fluxo de caixas, com base nos livros e documentos fiscais e declaração do Imposto de Renda.

Analisando detidamente o caderno processual, vejo que razão não assiste as Apelantes em pleitear sua absolvição, tendo em vista que a Acusação formulada na denúncia quanto à condenação estão lastreadas nas provas contidas nos autos. Vejamos.

Primeiramente, quanto à falta de dolo da conduta criminosa, não assiste razão, tendo em vista que não dispondo de capital suficiente para arcar com suas despesas e compras de mercadorias, omitiram suas receitas, oriundas de saída de mercadorias, conforme consta no Auto de Infração n.º 005.01675/04-3, às fls. 216/406.

Quanto ao desprezo judicial do contrato de mútuo, não vislumbro acolhimento, pelo fato que o magistrado não está obrigado a responder de forma



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete Desembargador Fausto Campos**



exaustiva todas as alegações dos réus, mas tão-somente a expor os motivos de seu convencimento, dado que a decisão com motivação sucinta é decisão motivada.

A segura prova da testemunha SÍLVIO ROMERO DE ARAÚJO VILARIM, Auditor Fiscal, às fls.433/434, obtida em juízo, aliada ao exame detido dos demais elementos de convicção coligidos aos autos, é suficiente para a manutenção da condenação, em conformidade com o sistema do livre convencimento motivado.

Com relação à ausência de justa causa para a ação penal, ante a inexigibilidade do crédito tributário, pois haveria uma liminar suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, proferida na ação anulatória de débito fiscal nº 001.2005.014700-6, em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública, observo, que esta ação anulatória já foi julgada em primeiro grau e a liminar foi suspensa, consoante demonstrado nas contrarrazões do Ministério Público, às fls. 532/535.

Portanto, há justa causa para a referida ação por existir crédito tributário exigível.

Por fim, defende que a conduta criminosa descrita na denúncia é crime permanente e não uma continuidade delitiva.

As Apelantes foram condenadas por ter fraudado o Fisco Estadual nos meses de maio, junho e julho de 2000, conforme se depreende do Demonstrativo de Crédito Tributário, à fl. 12, assim, os delitos foram praticados em uma continuidade delitiva, segundo o art. 71, do CP.

Desse modo, voto pelo desprovimento do apelo e mantenho a sentença em todos os seus termos.

Recife, 21 de Maio de 2014.

DES. FAUSTO CAMPOS

Revisor